

Coordenadores:

Carla Juscélia de Oliveira Souza

Alícia de Oliveira Moreira Pereira

Geografia Escolar e Educação Geográfica sobre Riscos.

Contribuições teórico-metodológicas no
contexto da formação docente



RISCOS

Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança
Coimbra, 2026

Geografia Escolar e Educação Geográfica sobre Riscos. Contribuições teórico-metodológicas no contexto da formação docente

reúne dezanove capítulos que, em seu conjunto, expressam a diversidade e a potência das reflexões, pesquisas e práticas educativas desenvolvidas no campo da Educação Geográfica e dos estudos sobre riscos e desastres. Resultado de um esforço coletivo de pesquisadoras e pesquisadores de diferentes instituições, a obra congrega contribuições teórico-conceituais, teórico-metodológicas e didático-pedagógicas que fortalecem o diálogo entre a Geografia Escolar, a Formação Docente e os Estudos Cindínicos.

Os textos apresentados evidenciam a relevância da construção de um olhar geográfico sobre os riscos, ancorado nas categorias e conceitos fundamentais da ciência geográfica, possibilitando a compreensão das dinâmicas socioespaciais que produzem, condicionam e intensificam situações de risco e vulnerabilidade. Ao articular produção acadêmica, experiências formativas e práticas de ensino, o livro amplia as possibilidades de análise e mobilização didático-pedagógica no campo da Educação Geográfica, constituindo-se como uma importante contribuição para pesquisadores(as), professores(as) e estudantes interessados na interface entre Educação Geográfica, Ensino de Geografia, Riscos e Desastres.

Convidamos as leitoras e os leitores a um mergulho teórico e metodológico sobre os riscos a partir da Educação Geográfica, reconhecendo seu potencial para a formação de sujeitos capazes de compreender criticamente os processos socioespaciais contemporâneos.

Carla Juscélia de Oliveira Souza

Universidade Federal de São João del-Rei, GEPEGER (Brasil)
Departamento de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia

Alícia de Oliveira Moreira Pereira

Universidade Federal de Goiás, GEPEGER (Brasil)
Instituto de Estudos Socioambientais - IESA



RISCOS

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
DE RISCOS, PREVENÇÃO
E SEGURANÇA

ESTRUTURAS EDITORIAIS | EDITORIAL STRUCTURES

Estudos Cindínicos

DIRETOR PRINCIPAL | MAIN EDITOR

Luciano Lourenço

RISCOS - Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança

DIRETORES ADJUNTOS | ASSISTANT EDITORS

António Amaro, Adélia Nunes, António Vieira, Fátima Velez de Castro

RISCOS - Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança

ASSISTENTE EDITORIAL | EDITORIAL ASSISTANT

Fernando Félix

RISCOS - Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança

COMISSÃO CIENTÍFICA | EDITORIAL BOARD

Adélia Nunes

Universidade de Coimbra

Antenora Maria da Mata Siqueira

Universidade Federal Fluminense, Brasil

Ana Meira Castro

Instituto Superior de Engenharia do Porto

Carla Juscélia Oliveira Souza

Universidade de São João del Rei, Brasil

António Betâmio de Almeida

Instituto Superior Técnico, Lisboa

Esteban Castro

Universidade de Newcastle, Reino Unido

António Duarte Amaro

Escola Superior de Saúde do Alcoitão

José António Vega

Centro de Investigación Forestal de Lourizán, Espanha

António Vieira

Universidade do Minho

José Arnaez Vadillo

Universidade de La Rioja, Espanha

Cármem Ferreira

Universidade do Porto

Lidia Esther Romero Martín

Universidade Las Palmas de Gran Canaria, Espanha

Fátima Velez de Castro

Universidade de Coimbra

Miguel Castillo Soto

Universidade do Chile

Helena Fernandez

Universidade do Algarve

Montserrat Díaz-Raviña

Inst. Inv. Agrobiológicas de Galicia, Espanha

Humberto Varum

Universidade de Aveiro

Norma Valencio

Universidade Federal de São Carlos, Brasil

José Simão Antunes do Carmo

Universidade de Coimbra

Ricardo Alvarez

Univ. Atlântica, Florida, Estados Unidos da América

Luciano Lourenço

Universidade de Coimbra

Victor Quintanilla

Universidade de Santiago de Chile, Chile

Romero Bandeira

Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Porto

Virginia Araceli García Acosta

CIESAS, México

Tiago Ferreira

Universidade do Minho

Xavier Ubeda Cartaña

Universidade de Barcelona, Espanha

Tomás de Figueiredo

Instituto Politécnico de Bragança

Yvette Veyret

Universidade de Paris X, França

CARLA JUSCÉLIA DE OLIVEIRA SOUZA
ALÍCIA DE OLIVEIRA MOREIRA PEREIRA
(COORDS.)



GEOGRAFIA ESCOLAR E EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA SOBRE RISCOS.

**CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS
NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO DOCENTE**

Edição

RISCOS - Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança

Email: riscos@riscos.pt

URL: <https://www.riscos.pt/publicacoes/sec/>

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Carla Juscélia de Oliveira Souza e Alícia de Oliveira Moreira Pereira

IMAGEM DA CAPA

Karine Nieman

PRÉ-IMPRESSÃO

Fernando Félix

ISSN

2184-5727

DOI (Série)

<https://doi.org/10.34037/978-989-54295-1-6>

ISBN Digital

978-989-9053-43-4

DOI

https://doi.org/10.34037/978-989-9053-43-4_20

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
INTRODUÇÃO	9
PARTE I - ENSINO DOS RISCOS E GEOGRAFIA ESCOLAR: PERSPECTIVAS TEÓRICO-CONCEITUAIS	13
Trajetória teórico-conceitual e metodológica do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Educação e Riscos (GEPEGER) Carla Juscélia de Oliveira Souza	15
Espacialidades das juventudes e os riscos sociais: perspectivas e possibilidade de articulação no âmbito do ensino de geografia Alicia de Oliveira Moreira Pereira	55
Percepção de docentes de geografia sobre risco social de discentes LGBTQIAPN+ no espaço escolar Maria Luíza Reimberg da Silva e Adelaine Ellis Carbonar dos Santos	89
Riscos e pensamento sistêmico na perspectiva do ensino de geografia Maria Clara Franco Sousa	109
Paisagens de risco e ensino de geografia: perspectivas a partir da geoeologia das paisagens Lucas Luan Giarola	127
Geografia escolar e risco ambiental: reflexões para uma educação transformadora Celso da Costa Fonte e Mariana Carvalho Silva de Assis Nogueira	141
“Desastres naturais” e o discurso na mídia: contribuições para a geografia escolar Pedro Victor Rocha Guilarduci e Carla Juscélia de Oliveira Souza	161
PARTE II - EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E OS RISCOS SOCIOAMBIENTAIS: PRODUÇÕES ACADÊMICAS E ABORDAGENS DIDÁTICO- -PEDAGÓGICAS	187
Análise da categoria riscos nos trabalhos do eixo ensino de geografia: Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada (2003 - 2024) Alicia de Oliveira Moreira Pereira, Júnia Mayra Ramos Cunha e Carla Juscélia de Oliveira Souza	189
Educação geográfica e riscos socioambientais: contribuições da pesquisa acadêmica brasileira Patrícia Pires Ferreira	221

SUMÁRIO

Educação geográfica e a iniciação ao estudo dos riscos: uma experiência no processo de formação Janete Regina de Oliveira, Vitória Conceição Santana da Cruz Reis, Karen N. Furtado Agapito, Danilo Gonçalves Henriques e Felipe Silva Soares	237
Formação inicial de professores de geografia e o ensino dos riscos: percepções sobre o evento extremo de 2024 no Rio Grande do Sul, Brasil Alexandra Luize Spironello e Liz Cristiane Dias	255
Inundações e riscos socioambientais em Goiânia (GO): desafios e reflexões para o ensino de geografia Júlio César Oliveira de Moraes, Isabelle de Cássia Chaves Galvão e Adriana Olívia Alves	279
Impactos socioambientais das terras caídas em municípios da Amazônia Cidiane Figueira Cardoso e Leandro Pansonato Cazula	303
A bacia escola como espaço educacional para redução dos riscos de desastres no cenário de mudanças climáticas Anderson Mululo Sato, André Batista de Negreiros, Julia Marinho Cabral e Thayna Maria Oliveira da Silva	317
Entendimento da espacialidade da paisagem, dos riscos e os componentes físico-naturais em sequência didática Celso da Costa Fonte, Lucas Luan Giarola e Carla Juscélia de Oliveira Souza	339
Riscos socioambientais e escolas: contribuição da geografia da educação numa cidade do sudeste do Brasil Patricia Martinelli, André Barbosa Ribeiro Ferreira e Carlos Eduardo Eugênios ...	367
Paisagem, risco e educação: reflexões a partir do espaço vivido em Bambuí/MG Mariana de Barros Carvalho e Raquel Maria Alves	383
Estudo da paisagem escolar na cidade de Oliveira- MG: contribuições do <i>google earth</i> para análise da dinâmica espacial local e dos riscos Polyanna Cristina dos Reis Romano e Carla Juscélia Oliveira Souza	407
Geografia e riscos: diferentes linguagens no ensino médio de escolas de tempo integral Rafael César Costa Silva	437
CONCLUSÃO	453

PREFÁCIO

No âmbito das múltiplas vertentes que se pretende desenvolver na RISCOS – Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança – a Educação tem vindo a ganhar destaque. A criação do grupo de trabalho GIER – Grupo de Investigação em Educação para os Riscos – foi uma das ações que veio reforçar esse objetivo, ao colocar em diálogo a Escola e outros Espaços Educativos, a Academia, Operacionais e a Sociedade Civil, na temática das Ciências Cindínicas. Acreditamos que é importante estabelecer contatos com outras redes de pesquisa do mesmo âmbito, em que possa haver troca de experiências pedagógicas, tanto na formação inicial, como na formação contínua docente. Nesse sentido, o GEPEGER – Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Educação e Riscos – tem sido um parceiro fundamental para o aprofundamento da investigação na RISCOS, com provadas dadas enquanto referência para a área em causa.

É por isso, com imensa satisfação, que se publica a obra **Geografia Escolar e Educação Geográfica sobre Riscos. Contribuições teórico-metodológicas no contexto da formação docente**, coordenada pela **Doutoranda Alícia Pereira e pela Professora Doutora Carla Juscélia Souza** (Associada da RISCOS), da Universidade Federal de São João del-Rei (Brasil). Os 19 capítulos que compõem o livro, abordam temas de grande pertinência para o ensino dos riscos em contexto escolar/educativo, assim como para o desenvolvimento da educação geográfica na comunidade, focando temas que cruzam o ambiente e a sociedade. Destaque-se ainda a forte componente multiescalar e pluritemática, com a qual as autoras e os autores dos estudos vieram enriquecer a visão sobre as comunidades e os territórios visados nas pesquisas. Por um lado, importa conhecer realidades distintas e específicas daquelas em que a leitora e o leitor vivenciam no quotidiano; por outro, é essencial perceber que o risco, por muito distante que pareça estar, pode estar subtilmente contido no espaço vivido.

Por tudo isto, a RISCOS aposta neste livro como uma obra de grande relevância para o Ensino e a Educação dos Riscos, que vão muito mais além do Brasil, pela aprofundada discussão teórica, metodológica e prática que está patente na investigação, contribuindo para o avanço do estado da arte nas Ciências Cindínicas.

Boa leitura, Coimbra, 26 de junho de 2026

Fátima Velez de Castro

Presidente da Direção da RISCOS

Professora Auxiliar do Depart.º de Geografia e Turismo, Faculdade de Letras da Univ. de Coimbra

INTRODUÇÃO

Carla Juscélia de Oliveira Souza

Universidade Federal de São João del-Rei, GEPEGER (Brasil)
Departamento de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia
ORCID: 0000-0002-1426-4790 carlaju@ufsj.edu.br

Alícia de Oliveira Moreira Pereira

Universidade Federal de Goiás, GEPEGER (Brasil)
Instituto de Estudos Socioambientais - IESA
ORCID: 0000-0002-7485-9542 aliciaoliveirapereira@gmail.com

A intensificação dos riscos nas últimas décadas do século XX e a ampliação do número de desastres no início do século XXI, associada aos processos de urbanização desigual, expansão das fronteiras agrícolas e agora fronteiras agropecuárias, alterações climáticas e aprofundamento das desigualdades sociais, em um mundo globalizado e técnico-científico informacional, tem reforçado a temática dos riscos nos estudos geográficos contemporâneos. Nesse contexto, a Geografia assume papel estratégico ao articular natureza e sociedade, espaço e tempo, escalas e atores sociais, possibilitando a compreensão integrada dos processos e fatores produtores de situação de riscos.

No âmbito do ensino dos riscos, a discussão sobre riscos socioambientais ganha relevância formativa ao ser incorporada ao Ensino de Geografia, especialmente como parte do processo para a formação cidadã e para o desenvolvimento do pensamento crítico sobre o espaço geográfico, seja ele o vivido, percebido e ou concebido. Nesse sentido, cabe destacar a necessidade da abordagem de outros riscos também, como o social relacionados à juventude, por exemplo. Pois, na escola, a Educação Geográfica como processo formativo, ao trazer problematizações sobre o espaço vivido, o espaço global/local contribui para que estudantes compreendam as relações entre produção do espaço, vulnerabilidades e desastres, superando visões naturalizantes e fatalistas relacionadas aos desastres, que atingem de modo diferente as pessoas, os grupos, a sociedade.

A compreensão integrada e sistêmica de processos (naturais e sociais) e de fatores (econômicos, culturais, políticos) capazes de gerar condições de perigo e de vulnerabilidade (às pessoas, grupos e ou comunidades) é formação básica inicial, para que se possa aprofundar, então, nas condições dialética das relações sociais e naturais na produção do espaço que se dá de modo dinâmico, assim como se dá a formação de áreas de riscos. Nesse sentido, espera-se que com os conhecimentos construídos na escola, na Geografia Escolar, os(as) estudantes, no futuro próximo ou distante, possam intervir a fim de evitar a geração de novas áreas de risco social e ambiental ou mesmo resistir à possíveis desastres. Desse modo, a Educação Geográfica terá alcançado sua finalidade, deixará de ser um processo para constituir um conhecimento instrumental teórico-prático para a ação, para escolhas, comportamentos e resistências.

A Educação Geográfica se fundamenta na ciência geográfica, em experiências empíricas e científicas articuladas às produções e organizações que ocorrem na Geografia Escolar, que precisa considerar as diferentes realidades sociais, culturais e políticas das escolas e seus contextos geográficos situados. Nessa perspectiva, as discussões presentes nos capítulos que compõem este livro contribuem de forma particular, de cada autora e autor de diferentes regiões brasileiras, para o ensino dos riscos à luz da dimensão da Educação Geográfica e do Ensino de Geografia.

O presente livro é resultado de um trabalho coletivo e colaborativo que marca a edição comemorativa dos dez anos do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Educação e Riscos (GEPEGER), reúne um conjunto expressivo de produções científicas oriundas de reflexões teóricas, de pesquisas acadêmicas, de projetos de investigação e de práticas educativas desenvolvidas por professoras e professores-pesquisadores(as) de diferentes instituições. As contribuições aqui apresentadas dialogam diretamente com as temáticas dos riscos e da Educação Geográfica, ao mesmo tempo em que refletem, fortalecem e ampliam a trajetória de atuação do GEPEGER, oferecendo aportes teórico-metodológicos relevantes para o campo dos estudos sobre riscos e o Ensino de Geografia, especialmente para a formação e trabalho docente.

O livro congrega capítulos que abordam a temática sob distintas perspectivas, contemplando dimensões teórico-metodológicas, teórico-conceituais e pedagógico-didáticas, promovendo um diálogo consistente entre a Educação Geográfica e os estudos cindínicos. Tal articulação é aprofundada no capítulo que abre a obra, de autoria da coordenadora do grupo, Carla Juscélia de Oliveira Souza, intitulado “Trajetória teórico-conceitual e metodológica do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Educação e Riscos (GEPEGER)”, no qual se delineiam os fundamentos epistemológicos e os caminhos teóricos percorridos pelo grupo ao longo de sua trajetória de uma década.

A obra foi organizada em duas partes. A primeira, intitulada “Ensino dos Riscos e Geografia Escolar: perspectivas teórico-conceituais”, concentra-se na discussão dos fundamentos teóricos que sustentam a abordagem dos riscos no contexto da Geografia Escolar. A segunda parte, denominada “Educação Geográfica e os riscos socioambientais: produções acadêmicas e abordagens didático-pedagógicas”, dedica-se à análise de pesquisas, práticas educativas e experiências pedagógicas que articulam a temática dos riscos aos processos de ensino e aprendizagem em Geografia.

O livro é composto por 19 capítulos elaborados por pesquisadores(as), pós-graduandos(as) e professores(as) da educação básica de escolas públicas do Brasil. Reúne contribuições dessas diversas pessoas que passaram pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Educação e Riscos (GEPEGER) nos últimos 10 anos.

O livro aborda a temática Riscos na Geografia Escolar e a importância da Educação Geográfica voltada para a redução dos riscos e desastres (EGRRD). Nessa perspectiva, os capítulos se fundamentam na literatura científica sobre Ensino de Geografia, Educação Geográfica, Teoria dos riscos, Educação para os riscos e outras temáticas que subsidiam a discussão. Os resultados de pesquisas e de práticas de ensino e extensão são retomados nos capítulos como referências empírica, científica e estudo aplicado que contribuem com a discussão e a reflexão sobre o tema, a partir da relação teoria e prática no âmbito do tripé Geografia, Riscos e Educação.

Os riscos socioambientais se destacam em número de capítulos e são discutidos por meio da categoria Paisagem e do uso de diferentes linguagens (imagem de

satélite, fotografias, Google Earth, mapeamentos e maquetes). Os riscos sociais são abordados em dois capítulos e contribuem com a discussão dos riscos relacionados com a questão de gênero, jovens escolares e interseccionalidades. Este fato reforça a importância de se considerar essa discussão no âmbito do Ensino de Geografia e dos riscos sociais, para que outros e mais trabalhos possam compor obras futuras, previstas pelo GEPEGER.

Dois capítulos trazem abordagem regional, Amazônica (região Norte) e estado do Rio Grande do Sul (região Sul) do Brasil. Outros seis, fazem referência direta aos estudos dos riscos relacionados ao contexto de quatro cidades no estado de Minas Gerais (Barbacena, Bambuí, Oliveira e São João del-Rei). Um capítulo discute o discurso da mídia sobre os desastres ocorridos em cidade do litoral norte de São Paulo (São Sebastião), outro sobre inundações na cidade de Goiânia e um terceiro no estado do Rio de Janeiro, sobre as medidas de prevenção e segurança em ações na cidade de Angra dos Reis.

Portanto, considerando a importante e rica contribuição das autoras e autores de cada capítulo, que consolidam essa obra, convidamos todas e todos para uma leitura e um mergulho teórico e metodológico sobre riscos a partir da Educação Geográfica no Ensino de Geografia.

PARTE I:

Ensino dos Riscos e Geografia Escolar: Perspectivas Teórico-Conceituais

**“DESASTRES NATURAIS” E O DISCURSO NA MÍDIA:
CONTRIBUIÇÕES PARA A
GEOGRAFIA ESCOLAR**
**“NATURAL DISASTERS” AND DISCOURSE IN THE
MEDIA: CONTRIBUTIONS TO SCHOOL GEOGRAPHY**

Pedro Victor Rocha Guillarduci

Universidade Federal de São João del-Rei, GEPEGER (Brasil)
Departamento de Geociências, Curso de Geografia
ORCID: 0009-0009-0184-628X pedrovrguillarduci@gmail.com

Carla Juscélia de Oliveira Souza

Universidade Federal de São João del-Rei, GEPEGER (Brasil)
Departamento de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia
ORCID: 0000-0002-1426-4790 carlaju@ufsj.edu.br

Resumo: O presente capítulo discute, inicialmente, como o discurso midiático sobre desastres é apresentado na mídia hegemônica, com foco no Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão. Para isso, foi elaborada uma síntese sobre o percurso conceitual do desastre em seus diversos paradigmas e concepções, assim, abrindo caminho para a apresentação e análise do discurso sobre o desastre socioambiental ocorrido em São Sebastião (SP) e, ainda, como as condições de produção midiática impactam nas soluções e culpados apresentados pela emissora. Na pesquisa foram analisados seis programas do Jornal Nacional, exibidos no período de 20 a 25/02/2023. Por fim, são discutidos caminhos possíveis para a desconstrução dos discursos vinculados pela mídia hegemônica, por intermédio da educação ambiental e do uso de

linguagens do Ensino de Geografia, que pode ser ampliada de forma interdisciplinar como forma de potencializar o ensino crítico e cidadão na Geografia Escolar.

Palavras-chave: Mídia hegemônica, análise do discurso, educação ambiental.

Abstract: This chapter initially aims to discuss how media discourse on disasters is presented in the hegemonic media, focusing on the *Jornal Nacional* on Rede Globo de Televisão. For this purpose, a synthesis was prepared on the conceptual path of the disaster in its various paradigms and conceptions, thus paving the way for the presentation and analysis of the discourse on the socio-environmental disaster that occurred in São Sebastião (SP), and, also, how the media production conditions impact the solutions and culprits presented by the broadcaster. In the research, six programs from *Jornal Nacional* were analyzed, shown between 20 and 25/02/2023. Finally it's discusspossible paths for the deconstruction of the discourses linked by the hegemonic media, through environmental education and the use of languages from the teaching of Geography, which can be expanded in an interdisciplinary way as a way of enhancing critical and citizen teaching in School Geography.

Keywords: Mass media, discourse analysis, environmental education.

Introdução

Os “desastres naturais”¹ se apresentam no cotidiano da população brasileira de duas formas principais: de forma direta, seja como vítima ou prestando ajuda e serviços aos atingidos pelo fenômeno e, principalmente, de forma indireta como espectadores dos danos sofridos pelas comunidades, a partir do que é apresentado nos veículos midiáticos, sejam eles hegemônicos ou não. A maior parte da população assiste aos danos materiais e sociais, havendo distanciamento do acontecimento.

Por mais que o ano de 2024 tenha registrado recorde de ocorrências de desastres no Brasil (Brasil, 2025), o contato que a maioria da população possui com os “desastres naturais” se dá, às vezes, pela escola no âmbito de componentes curriculares, que tem por objetivo explicitar os fenômenos de forma abrangente e contextualizada, principalmente nas aulas de Geografia. Contudo, após a vida escolar os debates referentes aos desastres não são continuados e quando ocorrem são, principalmente, permeados pela mídia veiculada em diferentes tecnologias. Esse fato é citado também por Oliveira; Oliveira e Garcia (2023) ao discutirem sobre as novas tecnologias de comunicação e informação, que por meio de diferentes ferramentas (celular, computadores e outros)

“[...] portam também informações falsas ou imprecisas e equivocadas que podem conduzir os leitores/consumidores de informação à compreensão errônea sobre determinado tema, a exemplo do caso específico, qual seja a construção sobre o que se veiculou a respeito do rompimento da barragem em 2019, no município de Brumadinho” (Oliveira, Oliveira, Garcia, 2023, p. 290).

Diante desse cenário, torna-se imprescindível compreender como o discurso apresentado pelo principal jornal televisivo brasileiro, o Jornal Nacional (JN),

¹ O termo “desastre natural” é escrito entre aspas por entendermos que desastres não são naturais, embora a mídia e muitos textos tratam como tal quando associados, principalmente, a fenômenos da natureza como um dos condicionantes participantes do desastre e desconsideram processos históricos e sociais de produção do espaço geográfico.

vinculado à Rede Globo, apresenta a temática, dando destaque principal ao desastre ocorrido em 2023 no litoral norte do Estado de São Paulo, mais especificamente no município de São Sebastião, por mais que os danos não se limitaram aos limites do município, vitimando dezenas de pessoas de forma fatal.

Neste capítulo, a partir do exposto, será realizado uma síntese diante do conceito e paradigmas que perpassam a temática dos desastres, a fim de demonstrar, mesmo que de forma sintética, parte dos debates sobre ele, que de certa forma impactam no discurso midiático, e como isso pode interferir na interpretação e na (re)produção dos riscos, vulnerabilidades e sua materialização em forma de desastre na realidade nacional.

Posteriormente, serão apresentadas as discussões realizadas diante dos resultados obtidos por meio da análise do discurso sobre telejornalismo referindo aos temporais de 2023 para, por fim, demonstrar as potencialidades da utilização de linguagens midiáticas em sala de aula e como sua problematização e desconstrução pode contribuir para o entendimento de conceitos abstratos, vinculados a educação ambiental além de demonstrar que o receptor das mensagens é ativo no processo de entendimento, podendo ressignificá-lo e compreender as entrelinhas apresentadas pelo discurso midiático.

Desastres sob diferentes paradigmas

Os “desastres naturais” fazem parte do nosso cotidiano próximo e distante, sendo discutidos e pensados por vários setores da sociedade, desde os espaços acadêmicos, até as conversas triviais, tendo a mídia, principalmente a hegemônica, papel central na divulgação e apresentação de grandes desastres a população de forma geral, contribuindo de forma ambígua para compreensão e discussão da temática e dos processos anteriores que o constitui.

Sendo assim, antes de adentrarmos no debate sobre como a mídia hegemônica apresenta o conceito de desastre, é preciso compreender mesmo que de forma sintética a origem do termo e do conceito que, de maneira etimológica, partindo do latim apresenta pelo prefixo “des-” o significado de

“mau”, já “astron” ou “astren” derivado do grego apresenta-se como sinônimo do substantivo “astro” ou “estrela”, assim associando que há uma “má estrela”, ou seja, relacionando os desastres a desarranjos naturais como castigos divinos (Sulaiman, 2014; Ferreira, 2023).

“The view was that disasters occurred because the gods were angry and sent the disaster to punish guilty humans. Something was needed to appease the gods, and various rituals and sacrifices were developed, along with a priesthood to discern what is needed and carry out the appeasement activities” (O’Mathúna, 2018, p. 28)².

A partir dessa concepção que os desastres “naturais” têm sua origem distante da interferência humana, onde os fatores físico-naturais possuem centralidade, que emergem os debates acadêmicos sobre a temática, ainda no início do século XX, no que foi chamado de “paradigma tecnocêntrico” (Sulaiman, 2014) ou como “*patterns of war approach*” (Gilbert, 2005), em decorrência do caráter técnico e de intervenções pontuais realizadas por intermédio de construções civis para a contenção de danos frente a um agente externo (natureza) que é de onde se origina a problemática. Sendo assim, explicado como eventos extraordinários e inesperados, num sentido fatalista, sem maiores conexões com questões humanas e sociais (Sulaiman, 2014).

Gilbert (2005) aponta que o desastre nesta perspectiva é tido como um “inimigo externo”, que é combatido por meio de resoluções técnicas numa guerra entre homens e natureza. Conforme o autor aponta,

“In this sense at least, disasters bear a great resemblance to war, with the causes of disasters being sought outwardly. With the concept of agent being used to refer to both arms and enemies, disaster has since

² Tradução dos autores: A visão era de que os desastres ocorrem porque os deuses estavam irados e enviavam o desastre para punir os humanos culpados, era necessário para apaziguar os deuses, e vários rituais e sacrifícios foram desenvolvidos para realizar as atividades de apaziguamento.

the beginning been explained on external grounds. As a result, human communities have been seen as organized bodies that have to react organically against aggression” (Gilbert, 2005, p. 4)³.

Dessa forma, questões relacionadas ao planejamento urbano e ambiental são realizadas compreendendo os fenômenos desastrosos como eventos isolados resultado de causas unicamente naturais, logo, sem maiores compreensões que os desastres são fruto de processos sociais e ambientais.

Diante desse cenário apresenta-se outro paradigma conhecido como “paradigma comportamental” (Sulaiman, 2014; Smith; Petley, 2009), a fim de solucionar lacunas deixadas pelo anterior, principalmente apontado como os fenômenos desastrosos são resultado das interações entre homem-natureza. Além disso, tem alicerce na identificação das decisões individuais sobre a ocupação territorial, sobretudo em relação a adaptação humana ao ambiente, concluindo que os desastres “naturais” não são isolados do homem, ou seja, o desastre não é estritamente natural (Sulaiman, 2014).

Assim, apontando, na direção da importância da percepção dos riscos e desastres, que quando mal realizada na escala do indivíduo pode ser um potencializador para a materialização de um desastre. Contudo, não leva em consideração razões macrossociais, compreendendo que as soluções diante dos eventos desastrosos se dão pelos avanços técnicos promovidos pela modernidade no sistema produtivo capitalista (Smith; Petley, 2009, Beck, 2011). Então, por mais que avance nos debates sobre desastres, relacionando-os diretamente com as decisões humanas, mesmo que em uma escala individual, ainda realiza a manutenção das mesmas soluções tecnocráticas do paradigma anterior, paradigma tecnocêntrico.

Diante desse cenário tecnocrático, apresenta-se a crítica em relação a essa perspectiva, principalmente em relação a ausência de discussões sobre o desastre

³ Tradução dos autores: Pelo menos nesse sentido, os desastres guardam grande semelhança com a guerra, com suas causas sendo buscadas externamente. Com o conceito de agente sendo usado para se referir tanto a armas quanto a inimigos, o desastre tem sido, desde o início, explicado por razões externas. Como resultado, as comunidades humanas têm sido vistas como corpos organizados que precisam reagir organicamente contra agressões.

como uma construção histórica e social, identificando assim que a gênese de um desastre não está na natureza em si, mas, decorre de causas sistêmicas, na qual a sociedade está inserida em uma crise crônica que em momentos distintos se torna aguda (Valêncio, 2024). Por isso, a necessidade de ações e discussões que considerem questões estruturais da sociedade capitalista.

Entre as décadas de 1970 e 1990 (Marandola Jr; Hogan 2004), os debates sobre as questões sociais apresentam centralidade na temática, no que foi intitulado de diversas formas, por vários autores que apontam nesse momento o conceito de vulnerabilidade como chave na discussão dos desastres, sendo intitulado por “*paradigma do desenvolvimento*” (Smith, Petley, 2009), “*Desastres como expressão social da vulnerabilidade*” (Gilbert, 2005) e “*paradigma da vulnerabilidade*” (Sulaiman, 2014). Essa abordagem tem por foco a vulnerabilidade social para a concretização do desastre, com estreita relação ao “desenvolvimento” socioeconômico de comunidades e Estados. E como esses fatores impactam na materialização do desastre, concebendo assim o fenômeno como um processo e não mais como algo fragmentado e eventual, tanta nas esferas macrossociais e microssociais.

Nesse sentido, a vulnerabilidade é um conceito utilizado por diversas áreas, que como sintetizam Marandola Jr. e Hogan (2005), a partir dos postulados de Cutter (1996), em três posições principais, sendo: *i)* “vulnerabilidade como condição preexistente”, em que são considerados principalmente a magnitude, os impactos, frequência e duração dos eventos, reforçando as características biofísicas dos fenômenos; *ii)* sequencialmente, a “vulnerabilidade como causa controlada”, que tem como destaque questões sociais, ligadas a resistência e respostas das comunidades e como a vulnerabilidade é construída sócio-culturalmente, algo destacado no “Paradigma da Vulnerabilidade” (Sulaiman, 2014) e, por fim, *iii)* a “vulnerabilidade como perigo do lugar”, que tem maior centralidade geográfica, que agrega o debate do risco natural e ambiental e a produção social do risco e da vulnerabilidade (Cutter, 1996 *apud* Marandola Jr; Hogan, 2005).

Com isso, diante desse paradigma, os desastres não são mais concebidos como naturais, sendo então derivados e emergentes diretamente de razões sociais, estando associados principalmente à vulnerabilidade social de indivíduos e comunidades fruto das relações desiguais, que têm seus resultados expressos na (re)produção

do espaço capitalista. Logo, questões físico-naturais perdem o enfoque em detrimento de questões sociais que reforçam principalmente o debate sobre como a vulnerabilidade e o desastre são uma construção histórica-social.

Nesse sentido, há a necessidade de debater sobre os desastres de forma conjunta que vincula tanto questões sociais quanto razões físico-naturais, a fim de realizar uma discussão mais abrangente sobre o tema, cabendo bem essa discussão à Geografia que tem na complexa relação sociedade e natureza uma abordagem central. Diante disso, é apresentado o “paradigma da complexidade” (Sulaiman, 2014; Smith; Petley, 2009) que pretende explicar os desastres de forma conjunta, entre razões biofísicas e questões sociais, políticas e históricas, então aspirando uma visão holística, vinculando os diversos atores sociais, desde a academia até a sociedade civil, além do entrelaçamento dos diversos campos do conhecimento. Até porque, como apresenta Beck (2011), a intensificação dos avanços técnicos e tecnológicos propagam e intensificam a presença de riscos na sociedade. Então, diante da atualidade em que questões relacionadas ao aquecimento global exponencial, por exemplo, que remete a exploração abusiva dos recursos naturais e sociais, demandam soluções de variados setores da sociedade de forma conjunta e que, principalmente, partem das comunidades de atingidos.

Contudo, é possível observar o descompasso entre o referido paradigma (complexidade) e a realidade prática, principalmente quando se observa o Estado e sua concepção frente aos desastres, como apresenta Marchezini (2009):

“Já para o Estado, o desastre seria sinônimo de perda da ordem pública, razão pela qual a segurança pública seria a maior prioridade, devendo ser garantida sob quaisquer circunstâncias, independentemente da avaliação dos fenômenos que causaram os problemas. Isto é, a identificação de desastres específicos que passa a ser importante para delinear as medidas apropriadas para recuperação da ordem e da segurança, e não propriamente para elucidar as razões dos problemas que levaram ao desastre buscando, a partir disso, políticas públicas que focassem na redução dos desastres” (Marchezini, 2009, p. 51).

A concepção de desastre pelo Estado se dá de forma distinta da visão holística, pelo contrário, apresenta proximidade com o “paradigma tecnocêntrico” (Sulaiman, 2014) ou “*patterns of war approach*” (Gilbert, 2005), encarando o desastre como algo eventual advindo de um agente ameaçador. Com isso, os desastres passariam a ser definidos pelas soluções técnicas que as instituições possuem e não pelos problemas e reivindicações vindo das populações vulneráveis e vítimas de desastres (Marchezini, 2009). Essa concepção influencia as ações do Estado, consequentemente passam a constituir um dos instrumentos que auxilia a perpetuação da visão fragmentada diante do desastre a fim da manutenção do *status quo*, que se dá pela mídia, principalmente, a hegemônica que, em sua maioria, atesta os interesses das classes dominantes.

Mídia hegemônica e desastres, um estudo de caso – Vila Sahy

No dia 19 de Fevereiro de 2023, na cidade de São Sebastião, mais precisamente na Vila Sahy, localizada no litoral norte do Estado de São Paulo, ocorreram fortes chuvas que resultaram em deslizamentos de terra que vitimaram 64 pessoas (Mello, 2023) de maneira fatal, além de diversos danos materiais e sociais. O desastre resulta de diversos fatores, que demandam retornar desde o crescimento demográfico exponencial aliado ao desordenamento urbano - fruto do aumento das atividades turísticas, portuárias e petrolíferas da região litorânea de São Paulo – até a expansão da malha urbana em direção a territórios com maior declividade, que implicou na destruição de parte da vegetação que compõe a paisagem, logo, proporcionando maior risco as populações que foram marginalizadas nesse processo de expansão e suposto desenvolvimento do município (Vieira, *et al.*, 2023).

Juntamente a isso, observando às questões meteorológicas que condicionaram a ocorrência do desastre socioambiental, se relaciona diretamente com a intensificação da umidade advinda da Amazônia em direção ao Sudeste, conhecida como rios voadores, além, também, da formação da Zona de Convergência do Atlântico Sul (ZCAS), que durante o verão aumenta a frequência de chuvas no Sudeste. Nesse contexto geográfico, ainda houve o aquecimento anômalo da temperatura do oceano tropical, proporcionando maior evaporação marítima, aliada com a mudança de circulação dos ventos,

que lançou em direção ao continente a umidade oceânica, ocorrendo assim o aumento de precipitações orográficas, em decorrência da Serra do Mar (Vieira *et al.*, 2023).

Com base nessas condições e contexto geográfico atmosférico e climático, as coberturas midiáticas, diante do acontecido, partiram do dia do ocorrido, ainda que o INMET (Instituto Nacional de Meteorologia) já havia alertado sobre fortes precipitações na região ainda no dia 15 de fevereiro do mesmo ano (Brasil, 2023). Dessa forma, as representações midiáticas hegemônicas, como do Jornal Nacional, aconteceram limitadas à ocorrência do evento desastrosos, colocando no holofote do debate público o desastre socioambiental de São Sebastião, exposto aos telespectadores como “desastre natural”. Por isso, a necessidade de se analisar o discurso construído midiaticamente pelo principal telejornal brasileiro, que colocou a população brasileira em contato com os ditos e não ditos “desastres naturais”.

Para isso, realizamos a discussão de 6 programas de telejornalismo da Rede Globo valendo-nos da Análise do Discurso (AD), que permite interpretar aquilo que está “oculto” nos enunciados, o que é dito e não dito, que interage com questões históricas, sociais e, principalmente, ideológicas, que se apresentam no discurso, até porque “*a materialidade específica da ideologia é o discurso*” (Orlandi, 2005, p.17). O discurso vai para além da língua ou da gramática, considera outras razões que atribuem significados para os participantes no processo. Sendo assim, como aborda Eni Orlandi: “[...] *a Análise de Discurso visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos*” (Orlandi, 2005, p. 26).

Assim, a discussão do desastre pela mídia, referente ao caso da Vila Sahy, neste capítulo valeu-se dos postulados proposto por Orlandi (2005), principalmente do conceito de **condição de produção**, que apresenta dois caracteres principais, a saber: um primeiro estrito que indica o contexto imediato, que no presente caso remete aos posicionamentos dos “produtores” do discurso - sendo a Rede Globo de Televisão e o Jornal Nacional (JN) - e, sequencialmente, um outro em sentido amplo que abrange razões históricas, sociais e ideológicas, permitindo assim compreender fatores relacionadas a formação da nossa sociedade, indicando relações de sentido, poder e antecipação (mecanismos imaginários), permeadas por questões ideológicas (Orlandi, 2005). Segundo a autora,

“As condições de produção implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário. Esse mecanismo produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica” (Orlandi, 2005, p. 40).

Sendo assim, pelos conceitos da AD francesa, é possível identificar e analisar o dito e o não dito *“a presença de uma ausência necessária”* (Orlandi, 2005, p.34) presentes no discurso elaborado pelo Jornal Nacional sobre o desastre socioambiental ocorrido em São Sebastião (SP).

Para isso, foram analisados seis programas vinculados a plataforma de *streaming globoplay*, exibidos entre as datas de 20/02/2023 e 25/02/2023, com objetivo de responder uma questão central: Como as condições de produção (do discurso, do imaginário) interferem no discurso representado e impactam nas propostas de solução, culpados e causas para o fenômeno?

Para buscar responder essa questão, fundamentada na AD, foram escolhidos pontos-chaves do programa que auxiliam na discussão, visto o tempo de duração, a repetição das matérias sobre o desastre e os conteúdos ditos e não ditos nas reportagens.

Para compreender sucintamente as condições de produção do discurso, num sentido amplo, é identificável que estamos inseridos numa sociedade capitalista, em que classes sociais dominantes pretendem assegurar seus privilégios diante das classes dominadas, em que modelos baseados no neoliberalismo se fundamentam, principalmente para o enxugamento do Estado e para a privatização de diversos setores públicos.

Nesse sentido, analisando os “autores” do discurso que no caso é a Rede Globo e o Jornal Nacional é intrínseco o posicionamento político e ideológico apoiado no projeto neoliberal, algo contraditório visto que a atuação da Rede Globo depende de uma concessão pública⁴.

⁴ O contexto de criação da emissora, que acontece durante o período ditatorial brasileiro no ano de 1965, se mostra aliada ao autoritarismo estatal, sendo explícito por casos emblemáticos como na representação da campanha das “Diretas Já” em 1984 de forma fragmentada. Na época, como por exemplo em São Paulo, o telejornal relata que as manifestações se davam em referência a comemoração do aniversário da cidade, sem maiores caracteres políticos que pretendiam promover eleições democráticas para o poder executivo (Lima, 2005).

O telejornalismo da emissora, com foco ao Jornal Nacional, estreou em 1969, com o objetivo de abranger todo o território nacional (Memória globo, 2024), algo que se concretizou, demonstrando parte da construção do oligopólio midiático brasileiro (Palha, 2017). Os jornais noturnos possuem centralidade no Brasil, como aborda Bittencourt (1993, p.72): *“Como o público do horário é numeroso e diversificado, os telejornais das noites seguem o estilo sério e ligeiro, com notícias curtas, variadas e geralmente superficiais”*. Apesar desse aspecto, observando a duração da programação destinada para o desastre que tomou parte considerável do programa, evidencia o caráter excepcional e incomum do fenômeno colocando-o na agenda pública brasileira, durante as semanas que sucederam o evento no norte do estado de São Paulo.

Apesar disso, no geral, o telejornal pretende ser isento de posicionamentos políticos, ideológicos e religiosos, por mais que como aborda Orlandi (2005) não há discurso ou sujeito neutro. Sabemos que a emissora prioriza a maximização dos lucros privados, respondendo aos interesses dos patrocinadores que financiam a emissora e impactam no seu discurso (Souza; Silva, 2013). Dessa maneira, é possível observar a proximidade da Rede Globo com discursos neoliberais, que preconizam por privatizações e enxugamento do aparelho estatal, tendo o Jornal Nacional papel central na propagação dessa ideologia pela emissora (Montuori; Amoroso, 2007).

Portanto, analisando especificamente o material produzido pelo JN, nos programas selecionados sobre o desastre de 2023 em São Sebastião, no litoral norte de São Paulo, iniciando pelas escaladas do telejornal, que trata-se da apresentação inicial dos âncoras sobre as principais notícias que serão apresentadas ao longo do programa. Estas notícias têm a função de cativar a audiência para os temas que serão tratados. Aqui, toma-se como exemplo disso o seguinte trecho: *“A Chuva recorde mata 40 e deixa dezenas desaparecidos e milhares desabrigados”* (Jornal Nacional, 2023), no Programa 1 exibido em (20/02/2023).

Na reportagem é coerente apontar que a natureza, nesse caso, representada pela chuva, é tratada como culpada pelas mortes no desastre socioambiental, colocada, então, em posição de inimiga a ser combatida (Gilbert, 2005). Tal questão é ressaltada pelo destaque dado aos órgãos militares no combate ao evento do desastre ocorrido, no contexto do qual a presença da Marinha Brasileira se faz visível pela

placa que a identifica no portão posicionado atrás do repórter, que apresenta o número de mortos do fenômeno descrito.⁵

O realce dado a participação dos militares no “combate” aos danos do desastre, retoma as discussões de Gilbert (2005) sobre o *“patterns of war approach”*, em que as ações são tomadas como se estivesse sendo travada uma “guerra” contra a natureza, um inimigo externo, como se as causas e condicionantes para a materialização do desastres não estivessem relacionadas a construção contraditória da história-social brasileira, e ao uso indevido dos recursos naturais e espaciais que dificultam relações harmoniosas com o espaço, produzindo assim riscos no espaço urbano.

Juntamente a isso, durante todos os programas e reportagens analisados pela pesquisa, foram abordados com destaque processos e fatores climáticos e físicos que possibilitaram o desastre, que de fato têm participação importante na concretização do fenômeno. Porém, foi abordado com menor foco as questões sociais que também influenciam a materialização do fenômeno, da crise, sendo realizadas poucas menções e quando feitas na reportagem, correm sem maiores debates, como exemplificado no seguinte trecho do Programa 1: *“As casas mais atingidas foram as que ficavam perto das encostas, onde os terrenos e os aluguéis custam mais barato na comparação com os imóveis que estão mais perto da rodovia Rio Santos”* (Jornal Nacional, 2023). Sendo assim, nota-se a superficialidade nas explicações sobre fatores que condicionaram essa população a ser “marginalizada” para áreas de risco.

Além disso, é apresentado no programa um debate sobre os desastres não serem fenômenos isolados, elencando dados da maior recorrência de chuvas nos últimos anos, utilizando-se de dados, principalmente, do CEMADEN (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais) e dos argumentos de autoridade do presidente da instituição, naquele momento, Osvaldo Moraes, como demonstra o trecho do Programa 2 (21/02/2023):

Presidente do Cemaden: “O impacto dos desastres é decorrente de dois fatores, um são os eventos meteorológicos extremos, que nós sabemos

⁵ Está imagem pode ser consultada no seguinte link: <https://globoplay.globo.com/v/11385722/>, a partir da seguinte minutagem, 1:15 até 2:16.

que estão aumentando por conta das mudanças climáticas, e outra pela vulnerabilidade e exposição das pessoas que também está aumentando”
(Jornal Nacional, 2023).

Porém, os fatores, principalmente antrópicos, que causam as mudanças climáticas, com destaque ao aquecimento global, ou as causas para maior vulnerabilidade não são debatidas e sim a ineficiência do Estado em consolidar políticas públicas para a mitigação e prevenção dos desastres. Ou seja, questões estruturais da sociedade não são colocadas em questão, algo que iria na contramão dos preceitos da emissora, apontando assim duas formas de solução principais, como apresentado no seguinte trecho ainda no programa 2:

Carlos Nobre (Pesquisador sênior do IEA/USP): “O maior desafio é retirar as pessoas que moram em áreas de risco, aí é um desafio que não dá para fazer em um mês em um ano é um investimento enorme, mas esta é a solução uma prioridade de todos os governos, governo federal, governos estaduais, prefeituras municipais, com muito apoio inclusive do setor privado para financiar tudo que é necessário”.

André Trigueiro (Repórter da Globo): “As soluções de mais baixo custo que poderiam evitar a ocorrência de novas tragédias no curto prazo, uma delas é a instalação de sirenes de alertas em áreas de risco como já existem em cidades, como Rio de Janeiro (RJ) e Vitória (ES) e Salvador (BA).

Oswaldo Moraes (Presidente do CEMADEN): “Fazermos com que alertas que são emitidos cheguem às populações nos momentos importantes que antecedem o desastre e que essas populações também estejam preparadas para responder a esse alerta quando ele chega (Jornal Nacional, 2023.)

Dessa forma, é possível perceber que a solução definitiva se encontra na interação entre o Estado e o capital privado, que de forma utópica iria concretizar formas

de bem-estar a população vulnerável, mesmo inserido em um modelo produtivo que produz e reproduz desigualdades, agora em relação às soluções imediatas encontram-se aspectos técnicos e de treinamento das populações em sobreviverem diante da insegurança da iminência de um desastre.

Diante do não dito (Orlandi, 2005) pelo Jornal Nacional, no que tange às causas sociais e históricas na produção das vulnerabilidades e abordando com veemência questões físico-naturais e técnicas, sem a devida amplitude humana, é desconsiderado, de modo intencional, um debate amplo sobre os desastres. A população que assiste (relação indireta) ou vive o desastre (relação direta) é alimentada, então, com um discurso sobre o fatalismo das condições da natureza e as ações e respostas técnicas do Estado.

Ademais, nos programas analisados, são exibidos cenas que demonstram os impactos deixados pelo evento extremo, aliado a relatos emocionados de moradores que perderam casa, familiares e bens materiais, colocando assim em rede nacional o drama inegável que esses indivíduos viveram, mas que pode ser observado numa diferente ótica.

Ao transmitir aos espectadores imagens e relatos impactantes para a manutenção da audiência, pela conexão dos interlocutores, neste caso com o desastre socioambiental, permite, assim, a comoção dos telespectadores, mesmo que não atinja todos da mesma maneira. Esse aspecto pode ser evidenciado nos seguintes trechos do programa 1 e 4, em que foram apresentados relatos de moradores sobre o desastre: partindo do programa 1 (20/02/23): *Lício Mota (Morador da Vila Sahy): “Infelizmente, foi um momento assustador para todos, parecia um dilúvio parecia o fim do mundo”* (Jornal Nacional, 2023), sequencialmente no programa 4 (23/02/2023):

Neide Alves (Moradora da Vila Sahy): “Eu deito mas eu não consigo dormir porque, todo hora vou no “vitro” do banheiro, para ver se tá chovendo ou se não tá, é um alívio quando a gente abre o olho e vê que tá sol” (Jornal Nacional, 2023).

Ambos os relatos reforçam o caráter dramático, catastrófico e traumático para essa população, em que evidenciam duas questões a serem debatidas. Uma primeira

que se dá pela ligação do desastre com questões divinas, no caso com o Dilúvio de Noé, ou com a iminência do fim do mundo promovida por forças naturais, apresentando o caráter de excepcionalidade do evento (lembrando que o analisado são as escolhas de recorte realizados pelo Jornal Nacional, não o juízo de valor pelo relato dos moradores). Já o relato do programa 4, evidencia que a insegurança diante dos eventos naturais se amplia, pelo medo de novas chuvas, em uma relação problemática com as dinâmicas naturais do planeta, havendo assim uma mudança de percepção diante dos eventos climáticos, como as chuvas (Cesco; Ceolin, 2017). Então, a partir do drama pessoal da população atingida pelo desastre, que traumatizada pelo evento e os danos causados, permite o jornal cativar e integrar a audiência diante do ocorrido.

Vale destacar que, por mais que apresente a atuação da comunidade, das forças armadas e estatais na contenção dos danos, no resgate de pessoas e em propostas para a retirada dessa população de áreas de risco, que na maioria das vezes são promessas que não se materializam, essas ações ocorrem principalmente no pós-desastre (Fialho; Silva, 2023), algo que costumeiramente ocorre no território nacional. Exemplo característico disso são os diversos órgãos de prevenção e monitoramento de desastres criados após eventos desastrosos de grande impacto, como em relação ao desastre socioambiental na região serrana de Petrópolis (RJ), em 2011, que vitimou centenas de pessoas e foi divulgado de forma exaustiva pela mídia, tendo por resultado a criação de um órgão federal para o monitoramento de “desastres naturais”, o CEMADEN.

Casos emblemáticos de desastres socioambientais são ressaltados pela mídia colocando-os no debate público. Contudo é algo efêmero e superficial, então; aliada a permanência e o aumento dos desastres no Brasil, suscitamos questionamentos: resoluções técnicas e pragmáticas são suficientes para a mitigação dos processos desastrosos?

É possível ainda discutir, sem levantar verdades absolutas, a demonstração das ajudas comunitárias e da solidariedade entre a população em se ajudar diante do evento que abalou a normatividade da vida, algo próximo ao que Kropotkin, geógrafo anarquista do século XIX e início do século XX, propôs no conceito de “Apoio Mútuo” (2021) da população se ajudando em situações

desastrosas. O autor aborda como os laços comunitários permitem superar o individualismo, imposto pela sociedade daquela época e que ainda se mantém, logo contesta essa lógica colocada pela sociedade de classes, sendo contrário ao Estado burguês ali imposto.

Retomando ao desastre de São Sebastião e a demonstração dessas ações pelo recorte do Jornal Nacional é necessário considerar as condições de produção (Orlandi, 2005). Por mais que os discursos sejam próximos, quem o produz é ideologicamente distante, carregando diferentes significados para além das palavras. No caso do discurso produzido pelo Jornal Nacional é evidenciada a ineficácia do Estado brasileiro em estabelecer apoio à população atingida, algo que de fato ocorre, contudo a mídia hegemônica está longe de problematizar e questionar as razões estruturais que possibilitam a intensificação da produção de desastres socioambientais de forma abrangente, contribuindo assim para a manutenção do *status quo*, no sentido neoliberal.

Com base no exposto, o discurso veiculado pela mídia hegemônica, representado aqui pelo Jornal Nacional, apresenta similaridade com demais veículos midiáticos como demonstrado por Teixeira (2012) e Pinheiro (2016) que, analisando jornais impressos de grande circulação, concluem, também, sobre apontamentos relacionados à ineficiência do Estado, sem maiores debates sobre vulnerabilidade social. Ainda segundo Pinheiro (2016, p. 44)

“A midiaticização de desastres em seu sentido mais amplo (tratamento, representação, impacto), ao mesmo tempo em que marca o caráter excepcional dos fenômenos naturais e das perturbações que causam na vida social normal, busca suprir a falta de sentido sobre o que ocorreu, associando duas mensagens: a descrição, tanto dos fenômenos quanto da dor das vítimas e da angústia dos resgates, e a indicação de uma causalidade que dê sentido àquela urgência”.

Revela-se assim, a proximidade entre os discursos midiáticos hegemônicos diante do desastre, em que questões profundas sociais e históricas não são colocadas em debate, quase um discurso único diante dos diversos eventos desastrosos, a fim

de procurar culpados, soluções e demonstrar de forma exacerbada os dramas vividos pelos familiares, aliado a constante atualização sobre os números de mortos pelo "Desastre Natural" (Revet, 2018). Nessa perspectiva, sendo um mais do mesmo que não coloca em evidência questões importantes que fazem parte dos processos anteriores à materialização do evento colocando em prazo de validade os debates sobre os desastres.

Diante desse cenário, questionamos: e a educação escolar para a cidadania, para a formação básica sobre os riscos? Entendemos que a educação geográfica ou mesmo a educação ambiental são aliadas para o entendimento de questões sobre risco e desastre e que permitem desconstruir ou reinterpretar o discurso midiático juntamente dos (as) alunos (as), a fim de construir de forma conjunta um entendimento ampliado e crítico sobre os "desastres naturais". Nessa perspectiva, discutimos a seguir possíveis caminhos no contexto escolar.

Caminhos para a reinterpretação do discurso midiático no espaço escolar

A lei Federal 9.795/99 prevê que a educação ambiental é essencial para a educação nacional, devendo ser debatida de forma holística, humanista, democrática e participativa, compreendendo o meio ambiente pela sua totalidade construído por fatores naturais, socioeconômicos e culturais, em que os meios de comunicação de massa têm papel central para a divulgação de informações e práticas nesse sentido (Brasil, 1997). Porém, como demonstrado na mídia, este papel é realizado de forma fragmentada, destacando razões físicas e climatológicas, na qual outras razões ficam em segundo plano, com isso, não tratando da totalidade que as questões ambientais implicam.

Sendo assim, a educação formal é central para o debate de questões ambientais com os estudantes, a partir do que é previsto pela legislação brasileira e ampliado pela discussão de Sauvé (2005) sobre educa  o ambiental, que tenciona as concep  es sobre desenvolvimento sustentável, baseada em uma educa  o utilitarista que limitam os objetivos da educa  o ambiental, muito das vezes    razões econ  micas. Porém, a educa  o ambiental    mais ampla e multifacetada. Nas palavras do autor:

“A educação ambiental visa induzir dinâmicas sociais, de início na comunidade local e, posteriormente, em redes mais amplas de solidariedade, promovendo a abordagem colaborativa e crítica das realidades socioambientais e uma compreensão autônoma e criativa dos problemas que se apresentam e das soluções possíveis para eles. Mais do que uma educação” (Sauvé, 2005; p. 317).

Neste sentido, a necessidade de debater de maneira interdisciplinar é imprescindível para a concretização de uma educação ambiental ampla com viés crítico em problematizar as interações entre homem-natureza, como por exemplo, no debate sobre riscos socioambientais, que podem se materializar em desastres como ocorrido em São Sebastião (SP). Assim, podendo a EA impactar na maneira de compreender e agir no mundo por parte dos alunos, desde as condições impostas localmente quanto globalmente e nas suas intersecções, agregando de modo efetivo para a formação dos (as) alunos (as), enquanto cidadãos ativos e críticos diante da realidade socioambiental.

Além disso, a EA apresenta similaridades com a educação para a redução de riscos de desastres (ERRD) como debatido por Matsuo e Silva (2021). Segundo os autores, uma educação ambiental e uma ERRD pautados na justiça social, se relacionam com a desconstrução de questões socioambientais contraditórias, caminhando em sentido de formar sujeitos reflexivos, críticos e atuantes desde a sua comunidade até maiores escalas.

Nessa perspectiva, podemos considerar também a educação geográfica para os riscos que se dá no âmbito do ensino de geografia. De acordo com Souza e Lourenço (2023), o estudo no contexto da ciência geográfica compreende aproximações teóricas comuns aos riscos e à geografia, que se fundamentam na visão holística, na análise integrada, sistêmica e complexa dos fenômenos naturais e sociais, na produção do espaço e dos riscos como construção social e na manifestação em multiescalaridade. Segundo os autores, *“esse entendimento eleva a importância e a contribuição da Geografia no ensino dos riscos, que por sua vez encontra no ensino de geografia - por meio de temáticas físico-naturais e sociais - uma das possibilidades para se desenvolver e estar presente na educação básica [...]”* (Souza; Lourenço, 2023, p. 13),

que faz uso de diversas linguagens para a abordagem e discussão de seus conteúdos.

O uso de diferentes linguagens na educação apresenta possibilidades para a discussão dos riscos e desastres, a fim de desvelar os processos que condicionam a produção e reprodução dos riscos, principalmente na Geografia, que permite debates sobre as interações entre seres humanos e natureza com maior enfoque, por mais que a interdisciplinaridade seja indispensável.

Nesse sentido, por meio da problematização dos discursos veiculados pela mídia hegemônica, seja pelas representações realizadas pelo Jornal Nacional, ou por demais fontes e linguagens, apresenta a possibilidade de esmiuçar as temáticas que atravessam os riscos e desastres. Contudo, para isso, é necessário ter a convicção que apenas integrar no ensino diferentes linguagens não é suficiente (Da Silva; Ladeira, 2024), pois a grande maioria dos materiais midiáticos das mais diferentes origens não foram elaborados com fins educativos. Com isso, a linguagem escolhida não dá aula sozinha, é preciso ter a mediação do professor e o entendimento prévio sobre as especificidades de cada linguagem. Logo, não é a simples reprodução de uma reportagem ou filme para o estudante que irá concretizar o processo de aprendizagem com a profundidade necessária (Guimarães, 2017).

Apesar disso, que não é um empecilho, mas pode apresentar limitações nas práticas desenvolvidas no ambiente escolar, o uso de linguagens midiáticas pode potencializar os processos educativos, visto a interação e familiaridade que os estudantes apresentam com as diversas linguagens, principalmente as digitais. Essas linguagens fazem parte do cotidiano de grande parte dos discentes inseridos na contemporaneidade, exemplo disso são os debates emergentes na Geografia sobre espaço virtual e o uso das TDIC (Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação) no ensino de Geografia (Ladeira, 2024). Logo, a partir daquilo que é vivido e experienciado pelos(as) aluno(as) permite caminhar no sentido de potencializar as ações com viés reflexivo e crítico efetuados na escola. Como abordado por Guimarães (2015):

“Quando nos propomos a pensar a relação entre a mídia e as práticas educativas escolares, é de fundamental importância adotarmos uma postura crítica que considere as brechas para a ação e intervenção dos

sujeitos. Para isso, é preciso compreender as redes de discursos que circulam na mídia numa perspectiva por meio da qual os enunciadores (aqueles que fazem circular determinadas idéias e concepções de mundo) não são totalmente hegemônicos e nem os receptores/enunciatórios (aqueles que as recebem, interpretam, concordam ou discordam), totalmente passivos” (Guimarães, 2015; p. 62).

Dessa maneira, revela a necessidade de apresentar as temáticas ligadas aos riscos e desastres, a fim de fornecer alicerce aos estudantes sobre como estão sendo tratados nos veículos midiáticos e como podem ser problematizados. Nesse contexto, a ciência cindínica⁶ apresenta concepções e conceitos basilares, que não são unanimidades, mas permitem discutir junto aos alunos a temática, como os atribuídos por Lourenço e Amaro (2018), que expõem que o risco se dá pela interação entre severidade e vulnerabilidade, podendo se materializar ou não. Dessa maneira, a severidade se conecta a suscetibilidade, a probabilidade e a intensidade que determinado evento têm de ocorrer em certo tempo, local e quais impactos pode produzir (Lourenço; Amaro, 2018), enquanto a vulnerabilidade como já debatido no presente trabalho, porém na concepção dos autores, atribui a carga social ao risco, em que são analisadas as condições socioeconômicas e infraestrutura de determinada comunidade, exposição, sensibilidade e da capacidade de lidar e de adaptação dessas populações (Lourenço e Amaro, 2018).

Com isso, contextualizando aos alunos que os desastre apresentam um “pano de fundo”, ou seja, processos anteriores que culminam no evento desastroso, logo não sendo lançados como castigos divinos ou se materializando de forma espetacular e irremediável. Nessa perspectiva, permite a ampliação da percepção diante do que é empregado no discurso midiático como no caso do discurso promovido pelo Jornal Nacional, que evidencia a superficialidades das discussões que perpassam o desastre, além de sua construção baseada na exibição de diversos momentos

⁶ A ciência cindínica procura concentrar-se no estudo global dos riscos, através de uma análise e visão holística desta temática, como bem discutido por Luciano Lourenço e António Amaro, no livro Riscos e Crises. Da teoria à plena manifestação, publicado em 2018 (Souza; Lourenço, 2023, p. 11).

dramáticos para a construção de narrativas emocionadas que atraem e constroem sentidos aos telespectadores. Logo, há uma construção lógica nas mensagens elaboradas midiaticamente, que também deve ser debatida junto aos alunos para o entendimento de como esse discurso é construído.

Por isso, contextualizar tanto em relação a como é construída determinada linguagem midiática, apresentar e debater a temática que será discutida, antes, durante e depois o uso de certa linguagem, possibilita promover práticas significativas aos estudantes, pois parte daquilo que é experienciado pelo aluno no seu cotidiano. Desse modo, estimula a criticidade diante da realidade que estão inseridos extremamente envolta pela construção de narrativas engessadas que não são questionadas. O espaço escolar é ambiente ímpar para desconstruir essas narrativas hegemônicas, aliado à promoção do entendimento de questões que perpassam a ciência cindínica, pretendendo a promoção de uma educação ambiental crítica, que permita a formação de cidadãos atuantes na sociedade. Corroborando com a ideia de formação de cidadãos, Claudino (2023, p. 8) destaca que *“os riscos não são (só) o desafio de um grupo restrito de técnicos e políticos. A mobilização e atuação esclarecida da população frente aos riscos constrói-se, privilegiadamente, através da educação e, nesta, tem um papel de destaque a educação geográfica”*, uma educação geográfica cidadã, como pontuam Cardoso e Queiroz (2023); Oliveira, Oliveira e Garcia (2023).

Conclusão

A reprodução de discursos midiáticos, que pouco contribuem para o debate sobre desastres, pelo contrário retomam aspectos e características que permitem enxergá-lo de forma fragmentada, descontextualizada e valorizando certas questões em razões de outras, com alicerces ideológicos que indicam a manutenção do *status quo*, reforça o papel social e político da escola básica, *lôcus* fundamental para a discussão de padrões normativos avessos à formação crítica e cidadã. Diante desse cenário problemático, a educação ambiental num viés crítico permite debater e problematizar esses discursos ligados à produção e reprodução dos riscos na atualidade e no contexto vivido pelos estudantes, atravessado pelas diversas linguagens midiáticas. Logo, a educação potencializa o ensino

e oferece alicerces teóricos, que permitem enxergar o evento extraordinário como fruto de um longo processo, que imbricados a conceitos e concepções da ciência cindínica e de demais ciências permitem ampliar a percepção sobre a temática e sobre o espaço socioambiental constantemente construído, sendo então, uma possibilidade de levar ao espaço escolar assuntos relacionados a riscos e desastres de forma crítica, visto a recorrência e intensificação de eventos desastrosos, que necessitam ser melhor contextualizados.

Além disso, apresenta-se a necessidade de efetuar ações nas escolas, a fim de angariar resultados práticos e vislumbrar como o uso de linguagens midiáticas em sala de aula podem ser agregadas nos debates sobre educação ambiental, para a redução de riscos e para a desconstrução do discurso promovido pela mídia hegemônica, especialmente no âmbito da educação geográfica e no ensino de geografia pautados na formação básica para a cidadania.

Bibliografia

- Beck, U. (2011). *Sociedade dos Riscos*. (2nd ed.) São Paulo: Editora 34, p. 383.
- Bittencourt, L. C. (1993). *Manual de Telejornalismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. p.106
- BRASIL. (1999). Lei nº 9.795, de 27 de Abril de 1999. *Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências*. Brasília: Diário Oficial da União.
- BRASIL. (2025). Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. *Cemaden registra recorde de alertas e mais de 1,6 mil ocorrências de desastre no Brasil em 2024*. Brasília. Acedido a 28 de julho de 2025, em www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2025/01/cemaden-registra-recorde-de-alertas-e-mais-de-1-6-mil-ocorrencias-de-desastre-no-brasil-em-2024.
- BRASIL. (2023) Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. *Previsão indica chuvas intensas, ventos fortes e frio em parte das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste nos próximos dias*. Brasília. Acedido a 01 de agosto de 2025, em [google.com/url?q=https://portal.inmet.gov.br/noticias/previs%25C3%25A3o-indica-chuvas-intensas-ventos-fortes-e-frio-em-parte-das-regi%25C3%25B5es-sul-sudeste-e-centro-oeste-nos-pr%25C3%25B3ximos-dias&sa=D&source=docs&ust=1772659627496792&u sg=AOvVaw18PMNhZR3MEQTxJqnhZ4aC](https://portal.inmet.gov.br/noticias/previs%25C3%25A3o-indica-chuvas-intensas-ventos-fortes-e-frio-em-parte-das-regi%25C3%25B5es-sul-sudeste-e-centro-oeste-nos-pr%25C3%25B3ximos-dias&sa=D&source=docs&ust=1772659627496792&u sg=AOvVaw18PMNhZR3MEQTxJqnhZ4aC).
- Cardoso, C., Queiroz, E. (2023). Práticas educativas sobre riscos climáticos em perspectiva de uma educação geográfica cidadã. In: Souza, C. J. O., Lourenço, L. (Org.). *Contribuições da Geografia para o ensino dos riscos*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 301 – 318. Acedido a 14 de setembro de 2025, em <https://www.riscos.pt/publicacoes/src/volume-x-contribuicoes-da-geografia/>.
- Cesco, S., Ceolin, L. P. S. (2017). Políticas públicas e inundações do rio Uruguai no município de São Borja: o olhar dos atingidos e a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 22, v. 1, p 285-328. Acedido a 25 de fevereiro de 2022, em <https://www.scielo.br/rjrbcpol/a/RB3WcWcFzRKL9JdqzhKK5Zg/?lang=pt&format=pdf>
- Cutter, S. L. (1996). Vulnerability to environmental hazards. *Progress in Human Geography*, v. 20, n. 4, 529-539.

- Da silva, S. M., Ladeira, F. F. (2024) Uso de diferentes linguagens no ensino, incorporar é suficiente?. *Revista Educação - UNG Ser*; v. 19, n. 1, p. 1-8. Acedido a 01 de junho de 2025, em <https://revistas.ung.br/index.php/educacao/article/view/5052>
- Ferreira, A. B. R.(2024). *Mapeamento de áreas de risco de inundação e movimento em massa em São João del-Rei, Minas Gerais/Brasil*. Coimbra: RISCOS: Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança. Acedido a 01 de agosto de 2025, em <https://www.riscos.pt/publicacoes/outras-publicacoes/outros-livros/marimm/>
- Fialho, E. S., Silva, C. A. (2023) Riscos hidrometeorológicos e crises espaciais em tempos de mudanças climáticas. In: Souza, C. J. O. e Lourenço, L. (Org.). *Contribuições da Geografia para o Ensino dos Riscos*. Coimbra: Universidade de Coimbra, v. 10, p. 55-93. Acedido a 15 de julho de 2025, em <https://www.riscos.pt/publicacoes/src/volume-x-contribuicoes-da-geografia/>
- Gilbert, C. (2005). Studying Disaster: Changes in the main conceptual tools. In: Quarantelli. E. L. (ed). *What is a disaster? Perspectives on the question*. Estados Unidos da América: Taylor & Francis e-Library, 2-11.
- Guimarães, I. V. (2015) Ensino de geografia, mídia e produção de sentidos. *Terra Livre*, [S. l.], v. 1, n. 28, p. 45–66. Acedido a 10 de agosto de 2025, em <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/222>
- Guimarães, I. V. (2017). Ensino de geografia, professores e a relação escola/ TV. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 79, p. 23–48. Acedido a 10 de agosto de 2025, em <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/819>
- JORNAL NACIONAL (2023) *Programa na íntegra do dia 20/02/2023*. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Globoplay (35min). Acedido a 27 de julho de 2025, em <https://globoplay.globo.com/v/11385722/>
- JORNAL NACIONAL (2023) *Programa na íntegra do dia 21/02/2023*. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Globoplay (50min). Acedido a 27 de julho de 2025, em <https://globoplay.globo.com/v/11388788/>
- JORNAL NACIONAL (2023) *Programa na íntegra do dia 22/02/2023*. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Globoplay (40min). Acedido a 27 de julho de 2025, em <https://globoplay.globo.com/v/11392034/>
- JORNAL NACIONAL (2023) *Programa na íntegra do dia 23/02/2023*. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Globoplay (39min). Acedido a 27 de julho de 2025, em <https://globoplay.globo.com/v/11395462/>.
- JORNAL NACIONAL ((2023) *Programa na íntegra do dia 24/02/2023*. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Globoplay (39min). Acedido a 27 de julho de 2025, em <https://globoplay.globo.com/v/11399026/>
- JORNAL NACIONAL ((2023) *Programa na íntegra do dia 25/02/2023*. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão. Globoplay (40min). Acedido a 27 de julho de 2025, em <https://globoplay.globo.com/v/11401449>.
- Kropotkin, P. (2021) Apoio mútuo entre nós I. In Kropotkin, P. *Apoio mútuo: um fator da evolução*. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, p. 243-276.
- Ladeira, F. F. (2024) *TDIC no ensino de geografia : saberes docentes construídos no contexto do ensino remoto emergencial*, São Paulo: Tese (Doutorado em Geociências) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Acedido a 7 de agosto de 2025, em <https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1404881>
- Lima, V. A. (2005) Globo e Política: ”tudo a ver”. In: Brittos,V. C; Bolaño, C. R. S. (Org.). *Rede Globo - 40 anos de poder e hegemonia*. São Paulo: Paulus,p. 103-129.
- Lourenço, L., Almeida, A. B. (2018) Alguns conceitos à luz da teoria do risco. In Lourenço, L., Amaro, A (org.). *Riscos e Crises da teoria à plena manifestação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p.17-79. Acedido a 01 de julho de 2025 em: <https://www.riscos.pt/publicacoes/src/volume-vi-riscos-e-criises/>
- Marandola Jr, E., Hogan, D. J. (2005) Natural hazards: o estudo geográfico dos riscos e perigos.

- Ambiente e Sociedade (Campinas)*, Campinas (SP) v. 7, n.2, p. 95-110. Acedido a 07 de julho de 2025, em <https://www.scielo.br/j/asoc/a/Y8HBwMg4rJP49Z6zH9RdJ/?format=pdf&lang=pt>
- Marandola JR., E., Hogan, D. J.(2005). Vulnerabilidades e riscos: entre geografia e demografia. *Revista Brasileira de Estudos de População*, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 29–53, 2005. Acedido a 01 de agosto de 2025, em <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/253>
- Marchezini, V. (2009) Dos desastres da natureza à natureza dos desastres. In: Valêncio, N; Siena, M; Marchezini, V, Gonçalves, J. (orgs.). *Sociologia dos desastres: Construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos (SP): RiMa Editora, p. 48-57.
- Matsuo, P. M; Silva, R. L. F. (2021). Desastres no Brasil? Práticas e abordagens em educação em redução de riscos e desastres. *Educar em revista*, Paraná v. 37, p. 1-23, 2021. Acedido a 10 de agosto de 2025, em <https://www.scielo.br/j/ep/a/hn8HWBV6NQJJHmtMJrqTKBn/?format=html&lang=pt>
- Memória Globo (2024). *Concepção e estreia*. Rio de Janeiro: Rede Globo. Acedido a 01 de agosto de 2025, em <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/jornal-nacional/noticia/concepcao-e-estreia.ghtml>
- Mello, D (2023). *Sobreviventes de tragédia vivem medo de remoção em São Sebastião*. São Paulo: Agência Brasil, Acedido em: 10 de setembro de 2025, em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-12/sobreviventes-de-tragedia-vivem-medo-de-remocao-em-sao-sebastiao#:~:text=A%20derrubada%20das%20casas%20ainda,aos%20deslizamentos%20causados%20pelas%20chuvas>
- Montuori, C; Amoroso, P. R. (2007) Os desacertos da política neoliberal na mídia televisiva: um olhar para o Jornal Nacional. *Punto Cero, Universidad Católica Boliviana*, San Pablo, Bolívia, v. 12, n. 15, p. 25-34. Acedido a 03 de agosto de 2025, em <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=421839607004>
- Oliveira, J. R. de; Oliveira, M. H., Garcia, Y. M.. (2023). Formação docente e práticas educativas sobre riscos em perspectiva de uma educação geográfica cidadã. In: Souza, C. J. O., Lourenço, L. (Org.). *Contribuições da Geografia para o ensino dos riscos*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 283 - 300. Acedido a 14 de setembro de 2025, em <https://www.riscos.pt/publicacoes/src/volume-x-contribuicoes-da-geografia/>
- O'mathúna, D. P. (2018) Christian Theology and Disasters: Where is God in All This?. In: O'Mathúna, D. P; Dranseika, V; Gordijn, B (Eds.). *Disasters: Core Concepts and Ethical Theories*. Cham, Suíça: Springer, p. 27-41.
- Orlandi, E. P. (2009) *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. (8th. ed). Campinas (SP): Pontes. 100p.
- Palha, C. R L. (2017) Fontes telejornalísticas nos domínios de Clio: notas metodológicas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 22, p. 236–258. Acedido a 02 de agosto de 2025, em <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180309222017236>
- Pinheiro, M. A.(2017). O sentido das catástrofes naturais na mídia: da prevenção à adaptação. *Anuario Estudios en Comunicación Social Disertaciones*, Rosário, Argentina v. 10, n.2, 2017, p. 39-55. Acedido a 20 de julho de 2025, em <https://revistas.urosario.edu.co/xml/5115/511552609004/html/index.html>
- Revet, S. (2018) Contar e narrar os desastres. *Lumina*, Juiz de Fora (MG), v. 12, n. 2, p. 5–18. Acedido a 03 de agosto de 2025, em <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/21542>
- Sauvé, L. (2005). Educação ambiental: possibilidades e limitações. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 317-322. Acedido a 07 de agosto de 2025, em <https://www.scielo.br/j/ep/a/hn8HWBV6NQJJHmtMJrqTKBn/?format=html&lang=pt>
- Smith, K., Petley, D. N. (2009) *Environmental hazards: assessing risk and reducing disaster*. (5th ed).

Londres; Nova Iorque: Routledge, p. 384

- Souza, C. J. O., Lourenço, L. (2023). *Contribuições da Geografia para o Ensino dos Riscos*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, v. 10, 408 p. Acedido a 14 de setembro de 2025, em <https://www.riscos.pt/publicacoes/src/volume-x-contribuicoes-da-geografia/>
- Souza, M., Silva, U. C. (2013) O MST no Jornal Hoje uma análise discursiva. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 55, n. 2, p. 177–192. Acedido a 03 de agosto de 2025, em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637297>
- Sulaiman, S. N. (2014) *De que adianta? O papel da educação para prevenção de desastres naturais*. São Paulo: Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo (USP). Acedido a 15 de julho de 2025, em <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-05022015-105746/pt-br.php>
- Teixeira, D. V. (2012) Os desastres ambientais a partir do olhar midiático. *REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, Rio Grande (RS) v. 28 Acedido a 30 de julho de 2025, em <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3180>
- Valêncio, N. (2024). Catástrofes no Brasil: ponto de ruptura ou de culminância da produção socioespacial da inexistência?. In: Castro, F. V; Lourenço, L. (coords.) *Contributos da sociedade para a redução do risco em populações vulneráveis*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. p.137-161. Acedido a 01 de fevereiro de 2025, em <https://www.riscos.pt/publicacoes/src/volume-xi-csrrpv/>
- Vieira, E. T., Lemes, M. C. R., Silva, R. C., Fisch, G., Santos, M. J. Desenvolvimento regional e a intensificação das catástrofes sicionaturais: o caso do município de São Sebastião/SP. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, [S. l.], v. 19, n. 3, 2023. Acedido a 01 de agosto de 2025, em <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/7326>.

CONCLUSÃO

Alicia de Oliveira Moreira Pereira

Universidade Federal de Goiás, GEPEGER (Brasil)

Instituto de Estudos Socioambientais - IESA

ORCID: 0000-0002-7485-9542 aliciaoliveirapereira@gmail.com

Carla Juscélia de Oliveira Souza

Universidade Federal de São João del-Rei, GEPEGER (Brasil)

Departamento de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia

ORCID: 0000-0002-1426-4790 carlaju@ufsj.edu.br

Ao término deste livro, considerando a riqueza das discussões presentes em cada capítulo, é importante retomar alguns elementos que marcam essa obra e possibilita novas reflexões. No que se refere à primeira parte, os capítulos evidenciam contribuições significativas para o campo do Ensino de Geografia, especialmente no âmbito da Geografia Escolar, ao trazerem discussões teórico-conceituais que fortalecem o diálogo entre a abordagem dos riscos, a ciência geográfica e o ensino. Os capítulos que compõem essa seção apresentam elevada densidade teórica, explorando conceitos estruturantes da teoria dos riscos, tais como risco, perigo, vulnerabilidade e crise, articulados aos conceitos, categorias e princípios que integram o estatuto epistemológico da Geografia. Destacam-se, nesse contexto, os conceitos de paisagem, lugar, território e escala geográfica, considerando, inclusive, a dimensão do corpo, o que possibilita a construção de diferentes bases epistemológicas para a compreensão das espacialidades dos riscos. Ademais, essa seção revela a amplitude de perspectivas possíveis para a abordagem dos riscos no Ensino de Geografia, contemplando enfoques socioambientais, sistêmicos, do risco social e dos discursos midiáticos que incidem sobre o contexto escolar.

A dimensão da Educação Geográfica e dos riscos socioambientais, discutida na segunda parte do livro, é desenvolvida com ênfase nos resultados de produções acadêmicas e em abordagens e práticas didático-pedagógicas desenvolvidas

no contexto do ensino, considerando as experiências de diferentes lugares-territórios do Brasil. O elemento central desses trabalhos é a discussão de práticas pedagógicas de caráter crítico e social, práticas que valorizam conceitos, procedimentos e atitudes mobilizadas em situações de ensino que tomam os riscos como tema estruturante. Essas práticas visam à formação de sujeitos capazes de compreender e intervir em suas realidades, em diferentes escalas geográficas. Destaca-se, ainda, a diversidade de contextos geográficos analisados, como cidades do Rio Grande do Sul, Goiânia, regiões da Amazônia e dos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, evidenciando situações de risco e possibilidades de abordagem da temática no contexto geográfico e escolar de um Brasil diverso, cujas regiões (com condições socioeconômicas, culturais, políticas, naturais e históricas específicas) apresentam questões de riscos comuns com desastres particulares a suas realidades.

Da relevância das contribuições apresentadas é possível e fundamental sintetizar os principais aportes teórico-metodológicos do livro, identificados e concebidos pelas organizadoras em três eixos centrais, a saber:

- (I) Contribuições teórico-conceituais para a compreensão das espacialidades dos riscos;
- (II) Contribuições da abordagem dos riscos no Ensino de Geografia; e
- (III) A defesa de uma Educação Geográfica voltada à redução de riscos e desastres (EGRRD).

No que diz respeito às contribuições teórico-conceituais, destaca-se a importância da construção de um olhar geográfico sobre os fenômenos associados às situações de risco, fundamentado nas categorias analíticas e metodológicas da ciência geográfica e articulado aos conceitos estruturantes da teoria dos riscos. Pensar a espacialidade dos riscos implica, portanto, ancorar essa abordagem nos conceitos de paisagem, lugar, território e escala geográfica, os quais subsidiam análises e interpretações capazes de apreender a complexidade das dinâmicas socioespaciais que produzem e intensificam situações de riscos e vulnerabilidades.

Nessa perspectiva e discussão, ao articular as espacialidades dos riscos com as finalidades, objetivos e conteúdos do Ensino de Geografia, cabe refletir o quanto essa abordagem se configura como um tema potente para compreender

fatos e fenômenos geográficos a partir da integração entre as dimensões natural e social. Tendo em vista essa potencialidade, pode-se explicitar, sob uma perspectiva geográfica, as contradições, desigualdades e relações socioespaciais que conformam o espaço geográfico, abrindo caminho para o desenvolvimento de práticas didático-pedagógicas que aproximem os conteúdos escolares das realidades vividas pelos estudantes.

Nesse sentido, a abordagem dos riscos contribui para o desenvolvimento do pensamento geográfico, entendido como a capacidade de analisar a realidade sob uma perspectiva geográfica crítica, conforme defendido pela Didática Crítica da Geografia, cuja referência central é a professora Lana de Souza Cavalcanti.

Por fim, considerando a trajetória de estudos, pesquisas e práticas educativas desenvolvidas ao longo dessa década no âmbito do GEPEGER, bem como as intensas discussões teórico-metodológicas que articulam riscos, Geografia e Ensino de Geografia, reafirma-se a defesa de uma Educação Geográfica voltada à redução dos riscos e desastres. Essa Educação Geográfica é compreendida tanto como finalidade quanto como processo, integrando elementos teóricos, metodológicos, práticos e de conteúdos geográficos que sustentam uma práxis comprometida com a leitura crítica do espaço e com a ação socialmente referenciada. Ao considerar a dimensão dos riscos, a Educação Geográfica contribui para o desenvolvimento de práticas individuais e coletivas de caráter crítico e social, voltadas à problematização das desigualdades socioespaciais que produzem situações de risco, bem como à construção de ações de resistência e enfrentamento dessas realidades.

Portanto, este livro reafirma a relevância social do Ensino de Geografia que, ao integrar a perspectiva dos riscos, potencializa uma leitura mais complexa, crítica e integrada da realidade. Ao defender práticas pedagógicas que reconheçam os processos sociais e espaciais envolvidos na produção dos riscos, a obra contribui para a discussão teórico-metodológica de uma Educação Geográfica comprometida com a justiça social e espacial, ampliando o papel da Geografia Escolar como campo de conhecimento capaz de dialogar com as demandas contemporâneas e de contribuir para a formação de sujeitos críticos, ativos e socialmente referenciados.

SÉRIE ESTUDOS CINDÍNICOS

Títulos Publicados:

- 1 *Incêndios em Estruturas. Aprender com o Passado;*
- 2 *Educação para a Redução dos Riscos;*
- 3 *Metodologia de Análise de Riscos através de Estudos de Casos;*
- 4 *Riscos Hidrometeorológicos;*
- 5 *Pluralidade na Diversidade de Riscos;*
- 6 *Risco Sísmico - Aprender com o Passado;*
- 7 *Territórios em Risco;*
- 8 *Resiliência ao Risco;*
- 9 *Madeira Região Resiliente. Aprender com o Passado;*
- 10 *Risco de Cheias e Risco de Inundações Fluviais. Aprender com o Passado;*
- 11 *Análise e Modelação de Risco no Ordenamento do Território;*
- 12 *Perceção e Planeamento na Redução e Gestão do Risco de Catástrofes;*
- 13 *As Paisagens dos Riscos Sociais. Educar para diminuir a Vulnerabilidade;*
- 14 *Educação para o Risco: Práticas e Projetos;*
- 15 *Riscos, Proteção Civil e Cultura de Segurança: Discursos e Práticas no Portugal Democrático;*
- 16 *Risco de Movimentos em Vertentes. Aprender com o Passado,*
- 17 *Riscos e Saúde: Perspectivas Globais e Respostas Locais;*
- 18 *Riscos, Ambiente e Proteção Civil: uma Perspetiva Tecnológica;*
- 19 *Riscos, Água e Sociedade. Dinâmicas Socioambientais em Contextos de Incerteza;*
- 20 *Geografia Escolar e Educação Geográfica sobre Riscos e Desastres. Contribuições Teórico-Metodológicas, Práticas no Ensino de Geografia e na Formação Docente*

Tomos em preparação:

- 21 *Geografia dos Incêndios Florestais. 50 anos de Incêndios a queimar Portugal;*
- 22 *Efeitos dos Incêndios Florestais nos Solos de Portugal;*
- 23 *Floresta, Incêndios e Educação;*
- 24 *Redução do Risco e Educação.*



Alícia de Oliveira Moreira Pereira é Graduada e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de São João del-Rei. Atualmente, cursa o Doutorado em Geografia, na linha de pesquisa “Ensino-Aprendizagem em Geografia”, pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo), no Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG).

É integrante do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Geográfica (LEPEG/UFG). Pesquisadora vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Educação e Riscos (GEPEGER - UFSJ). Participa do grupo de estudos Núcleo de Pesquisa em Ensino de Cidade (NUPEC), da Rede Colaborativa de Ensino de Cidade e Cidadanias (RECCI) e coordena o Grupo de Estudos em Juventudes e Ensino de Geografia (JUVEGEO). Membro associada do Núcleo de Ensino e Pesquisa em Educação Geográfica - NEPEG, no qual coordena o GT3 - Temas e conteúdos no Ensino de Geografia.

Realiza reflexões e pesquisas na área do Ensino de Geografia e da Didática da Geografia, com ênfase nos seguintes temas: (I) Juventudes e jovens escolares no contexto do ensino de Geografia; (II) Vivências, afetos e emoções na Teoria Histórico-Cultural; (III) Educação Geográfica e riscos sociais; e (IV) Ensino de Geografia, marcadores da diferença e perspectivas interseccionais.



Carla Juscélia de Oliveira Souza é Doutora (2009), Mestre (1995) e Graduada (1988) em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pós-doutoranda em Ensino de Geografia e Riscos pela Universidade de Coimbra (2025-2026). Professora Associada do Departamento de Geociências e dos Programas de Pós-Graduação em

Geografia da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Educação e Riscos (GEPEGER). Membro da Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança (RISCOS), integrante do Grupo de Investigação em Educação para os Riscos (GIER), pesquisadora vinculada ao Núcleo de Ensino e Pesquisa em Geografia (NEPEG), ao Grupo de Estudos de Cartografia para Escolares (GECE) e à Rede de Pesquisa em Cartografia Escolar.

Coordena projetos de pesquisa e extensão nas áreas: Ensino de Geografia, Cartografia Escolar, Geografia Física, Riscos socioambientais. Investiga temas relacionados à Educação geográfica e riscos; à Geoecologia da paisagem escolar e ao Ensino de Geografia e componentes físico-naturais. É coordenadora do Projeto de Pesquisa Educação para o risco: conhecimento e contribuição de professores de geografia para o tema riscos em escolas públicas de Minas Gerais.

Trabalhou como professora de Geografia do Ensino Fundamental II na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte, foi consultora na Secretária Estadual de Educação de Minas Gerais e consultora na área ambiental, elaborando Estudos e Relatórios de Impactos Ambientais



RISCOS

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
DE RISCOS, PREVENÇÃO
E SEGURANÇA



estudos
CINDÍNICOS